

16/04/2015 às 05h00 2

# Taxação de receita financeira põe em alerta empresas

Exclusivo para assinantes

Para ler a matéria completa faça seu login ou cadastre-se

A decisão do governo de restabelecer a cobrança de PIS e Cofins sobre receitas financeiras das empresas a partir de 1º de julho colocou em alerta as companhias e as áreas de crédito corporativo dos bancos. O decreto, editado em 1º de abril, vai onerar os recursos aplicados do caixa das empresas e aumentar o custo das dívidas, especialmente em moeda estrangeira.

Zeradas em 2005, as alíquotas passarão agora para 0,65% (PIS) e 4% (Cofins). O governo estima uma arrecadação de R\$ 2,7 bilhões com a cobrança, que deve atingir 80 mil empresas.

Em linhas gerais, os dois tributos incidirão sobre qualquer ganho financeiro obtido pelas empresas, desde um rendimento na aplicação do caixa em CDB até a variação cambial positiva de um empréstimo obtido no exterior. O problema é que o governo não previu no decreto a compensação das eventuais despesas financeiras no pagamento do imposto.

As empresas que têm financiamento em dólares pagarão os tributos sobre o ganho contábil caso a moeda americana tenha desvalorização. Se no mês seguinte a moeda subir, a perda não poderá ser compensada. "Quanto mais volátil o dólar, maior será o imposto a pagar", resume o diretor de tesouraria de um banco estrangeiro.

O caso mais extremo é o de empresas que contrataram financiamento em dólar ligado a contrato de swap, que converte o passivo em moeda estrangeira para a taxa interbancária (CDI), referencial para o financiamento em reais. Esse tipo de operação é usado por companhias que não contam com receita em moeda estrangeira. Nesse caso, a incidência dos tributos ocorrerá todos os meses, uma vez que a empresa sempre terá algum ganho a ser tributado, seja na variação cambial ou no derivativo usado para proteger o balanço.

Diante da liquidez farta no mercado internacional e das taxas de juros baixas, os empréstimos externos se tornaram fonte alternativa para as empresas em meio à piora no cenário local, mesmo para as que não são exportadoras.

A incidência desses tributos pode ter como efeito colateral a redução na procura por hedge (proteção) contra a alta do dólar. E as grandes companhias provavelmente vão optar por migrar suas operações de hedge para fora do país.

## ASSUNTOS RELACIONADOS

PIS/Cofins deve encarecer crédito

Disputa do PIS/Cofins pode parar na Justiça